



DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL, O NOVO CAMINHO PARA O PROGRESSO

João Paulo Frai¹; José Carlos dos Santos²

RESUMO: Desde o final do século XIX a então denominada ciência moderna, tem recebido pesados investimentos para a geração de ciência e tecnologia. Centrada muito mais na necessidade da obtenção de resultados, a ânsia pela produção tecnológica e a reprodução econômico política pouco e nenhuma importância deu para o meio ambiente. Diante do desafio do aumento da produtividade, estas técnicas não estiveram voltadas à menor agressão ou preservação de fontes renováveis e não renováveis de vida. A agricultura foi uma grande conquista da humanidade e uma excelente forma de destruição de ecossistemas naturais. A adoção de implementos e a agricultura química tem se demonstrado como uma forma de agressão ao homem e ao meio. A sustentabilidade é uma forma de rever estes conceitos. Busca-se então, por meio do método hermenêutico compreender o conceito de desenvolvimento a partir dos discursos imersos na sociedade, discursos estes que motivam ações. Para isso, é imprescindível a consulta às bibliografias disponíveis sobre o assunto.

PALAVRAS CHAVE: cientificidade; desenvolvimento, ecossistema, hermenêutica, legislação.

1 INTRODUÇÃO:

Segundo BARBIERI, o saber científico, moldado na concepção de ciência moderna, privilegia a experimentação, repetibilidade e comprovação. O saber técnico seria uma consequência da aplicação metódica do conhecimento moderno. Todo saber empírico, não sistematizado, não crivado pelo saber de ciência, passou a ser “condenado” como folclore, popular, senso comum.

O conhecimento gerado com a prática de amaino do solo para a prática da agricultura, foi um dos grandes alvos do saber científico. O agricultor, culturalmente resistente à implantação da agricultura tecnológica, demandou por uma série de investimentos em seu capital cultural (BOURDIEU) para que pudesse se ambientar com a cientificidade da produção.

Sementes selecionadas foram propostas como substitutas das crioulas. Ou seja, a semente modificada ou tratada para não germinar no ciclo seguinte, prometia maior rentabilidade. Os sistemas de financiamento atrelaram o ciclo produtivo ao capital, armazenamento, venda local e exportação de grãos. Esta modernidade expropriou o saber empírico e “ordenou” um itinerário dito racional para os ciclos produtivos.

Esta nova racionalidade trouxe as técnicas como meio de eficiência da produção. Focamos neste projeto o caso especial da química para a agricultura. O investimento educativo do produtor foi maciço, partindo de interesses de multinacionais que ofereceram os agro-químicos, das Cooperativas que tinham finalidades e perspectivas

¹ - Discente do Curso de Direito da Unioeste de Marechal C. Rondon - PR. Membro do Grupo de Pesquisa Hermenêutica da Ciência e Soberania Nacional. scout_frai@yahoo.com.br

² - Professor do Curso de Direito da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste – Marechal Cândido Rondon - PR. Dr. em História pela UFPR e Líder do Grupo de Pesquisa Hermenêutica da Ciência e Soberania Nacional. jcarlos@rondotec.com.br

atreladas àquelas e o próprio Estado que geria suas fronteiras sempre no sentido de ver um superávit positivo.

No caso específico do Estado do Paraná, o desenvolvimento da agricultura sofreu este impacto. Talvez o mais correto seria dizer que foi desenvolvida segundo estes cânones da modernidade, uma vez que é recente. Desde quando deixou de ser província de São Paulo – 1853, os gestores públicos pensaram a integração nacional via desenvolvimento das “aptidões” da riqueza do solo. Hoje é política do Estado, divulgar o ranking nacional da produção: o Estado corresponde com 23,8% da produção nacional de grãos.

A modernidade da produção produziu um meio ambiente doente. A agricultura química alterou o ecossistema global, a qualidade nativa de sementes, nascentes, lençóis freáticos, rios; o ar; a engenharia humana natural.

A comunidade científica, percebendo efeitos colaterais da modernidade econômica, tem investido na disseminação de novos saberes a cerca da recuperação do meio, bem como da criação de instituições com a finalidade de, senão rever e criar modos menos agressivos, pelo menos refletir para encontrar novos rumos para o desenvolvimento.

2 MATERIAL E MÉTODOS:

Reunir a discussão conceitual de antropólogos, historiadores e economistas. Examinar a farta legislação brasileira pertinente ao objeto agricultura e meio ambiente, com o intuito de perceber o discurso imerso da ordem legislativa e prática política. As fontes serão utilizadas como meio de compreensão da razão holística do homem com o meio ambiente, focando o panoptismo que há no saber poder: a genealogia é disciplinar, segundo Michel Foucault. Se há uma disposição de gerir, há, implícito um saber que ordena, confessada ou inconfessavelmente. A metodologia hermenêutica será utilizada para discorrer entre o discurso como fato – norma, instituição, poder, força, coerção. A sustentabilidade proposta pelos organismos internacionais passam a ser moedas de trocas para futuros financiamentos pelos Estados.

Exemplo disso são os fundos vindos do BID que, para serem liberados, necessitam que os Estados digam em que tipo de projetos de assistência social devem aplicar parte dos recursos.

Outra forma pode ser vista quando o Governo Federal passa a fazer o discurso de necessidade de exploração sustentável da Amazônia. Há, de fato, um jogo estabelecido entre a necessidade política do Estado, dos organismos internacionais e da viabilidade da economia interna da população. Sustentabilidade pode ser um caminho de amenizar o grande impacto de tecnologias dos anos 70 – os agrotóxicos e os implementos agrícolas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO:

O Estado do Paraná investiu maciçamente na modernidade da agricultura, a partir da década de 60. Apesar de ter em suas fronteiras produtos de grande relevância econômica como a erva mate e a madeira, estas tinham apenas um caráter extrativista, ou seja, não se preocupou com o replantio ou o plantio controlado. A demanda mundial por grãos e a oferta de técnicas e tecnologias para o desenvolvimentismo econômico do Estado e da Nação, movimentaram grandes recursos em termos de criação de infraestrutura e estratégias de transporte, armazenamento e comércio nacional e internacional. Um campo de saber (BOURDIEU) onde demandou pesquisa acadêmica, institucionalização de normas, criação de instâncias de decisão, agentes e agências de saber.

A produtividade hoje corresponde a 23,8% da produção de grãos nacional. A que custo? Que custo social tem um Estado que é o 2º. Maior consumidor de agrotóxicos do Brasil? Que qualidade tem uma alimentação produzida por bilhões de quilos de elementos químicos que acompanham a seleção e tratamento das sementes bem como todo o seu ciclo produtivo? E o entorno ambiental?

Questionamentos como estes são feitos através de Instituições Internacionais com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Criado em 1972 pela Assembléia Geral das Nações Unidas, tem como finalidade promover a cooperação internacional em matéria de meio ambiente. Seu Conselho de Governo, formado por representantes de 58 estados-membros, se reúne a cada dois anos. A sede da organização fica em Nairóbi, Quênia. Pressões desta natureza têm forçado a institucionalização de ações de disseminação de saber e normas. Tal é o caso da Agenda 21, denominação dada a um dos acordos mais importantes assinado pelas nações participantes da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento — conhecida como Eco-92 — realizada no Rio de Janeiro . Contém mais de 2.500 recomendações para criar melhores condições para a população mundial e a preservação do meio ambiente, no próximo século. Constitui um programa de ação para implementar um modelo de desenvolvimento sustentável que leve à compatibilização das atividades econômicas com os recursos naturais e a qualidade de vida das populações.

A agenda 21 está dividida em 4 seções: Dimensões Sociais e Econômicas, Conservação e Gerenciamento dos Recursos para o Desenvolvimento, Fortalecimento dos Principais Grupos Sociais e os Meios de Implementar as Ações Propostas. Seus temas são abordados de forma abrangente. Sua relevância se prende ao fato de oferecer opções práticas que podem ser implementadas e por destacar o papel de cada um dos diversos segmentos que compõem a sociedade. Seus programas de ação estão alicerçados na idéia de que a população, o consumo e a tecnologia são fundamentais para a mudança ambiental na Terra. A colaboração entre as nações é enfatizada como forma de se alterar o quadro de pobreza e degradação ambiental que domina nas sociedades no mundo atual.

Conjuntamente à ações/questionamentos destes órgãos, está presente um conceito contemporâneo Desenvolvimento sustentável. Apesar de variar conceitualmente – concernente à visão epistemológico de seus autores – o termo significa visualizar o desenvolvimento econômico e social e considera-lo como uma necessidade de enfrentamento de necessidades do presente. Ou seja, refletir sobre a adoção de saber técnico científico aplicado na agricultura, de modo especial sobre os seus efeitos colaterais e encontrar alternativas de desenvolvimento ambientalmente corretas, sem pôr em perigo a capacidade de futuras gerações para satisfazerem suas próprias necessidades.

Durante as décadas de 1970 e 1980 tornou-se cada vez mais claro que os recursos naturais estavam sendo dilapidados em nome do “desenvolvimento”. Estavam se produzindo mudanças imprevistas na atmosfera, nos solos, nas águas, entre as plantas e os animais e nas relações entre todos eles. Foi necessário reconhecer que a velocidade da transformação era tal que superava a capacidade científica e institucional para minimizar ou inverter o sentido de suas causas e efeitos. Estes grandes problemas ambientais incluem: 1) o aquecimento global da atmosfera; 2) o esgotamento da camada de ozônio da estratosfera; 3) a crescente contaminação da água e dos solos pelos derramamentos e descargas de resíduos industriais e agrícolas; 4) a destruição da cobertura floresta; 5) a extinção de espécies; 6) a degradação do solo.

Ao final de 1983 criou-se, dentro da Organização das Nações Unidas, uma comissão independente para examinar estes problemas e sugerir mecanismos que permitam à crescente população do planeta satisfazer suas necessidades básicas sem

pôr em risco o patrimônio natural das gerações futuras. Após a comissão, o acontecimento internacional significativo seguinte foi a cúpula da Terra, ocorrido em junho de 1992, no Rio de Janeiro. Denominada oficialmente Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no qual estiveram representados 178 governos, incluindo 120 chefes de Estado, também ficou conhecida como Eco-92 ou Rio-92. Tratava-se de encontrar modos de traduzir as boas intenções em medidas concretas e de que os governos assinassem acordos específicos para enfrentar os grandes problemas ambientais e de desenvolvimento. Os resultados da cúpula incluem convenções globais sobre a biodiversidade e o clima, uma Constituição ou Carta da Terra, de princípios básicos, e um programa de ação chamado Agenda 21, para pôr em prática estes princípios.

Os resultados foram relativizados pela negativa de alguns governos a aceitar os cronogramas e objetivos para a mudança ou concordarem com a adoção de medidas vinculantes. O programa de ação contido na Agenda 21 aborda, em seus 41 capítulos, quase todos os temas relacionados com o desenvolvimento sustentável que possam ser imaginados; porém, não está suficientemente financiado.

Entretanto, a conferência foi um exercício transcendental de conscientização ao mais alto nível político. A partir dela, nenhum político relevante poderá alegar ignorância dos vínculos existentes entre o desenvolvimento e o meio ambiente. Para os incrédulos, talvez o maior argumento esteja vindo, desde já, pela qualidade do ar que ele próprio respira, uma vez que o aquecimento global já dá sinais visíveis de sua existência.

A prática da agricultura, contudo, parece passar à margem destes incidentes com o planeta. O agricultor paranaense continua sendo motivado e atraído por uma cadeia produtiva química que, mormente haja uma legislação que regulamenta a atividade, carece de cultura ecossistêmica. Neste caso, não somente ele, mas os órgãos de vigilância, os legisladores, as empresas. Fazer pesquisa teórica e legislativa sobre desenvolvimento ambiental no Estado do Paraná, bem como sua articulação com o desenvolvimento sustentável é uma necessidade de dupla via: primeiramente para compreensão acadêmica conceitual do termo “desenvolvimento” que é fonte basilar de ações políticas e, em segundo mas não menos importante, perceber a cultura do agricultor e do gestor público por entre a norma e a execução da atividade agrícola produtiva.

4 CONCLUSÃO:

A sustentabilidade tem sido uma forma de rediscutir o papel do Estado na sociedade. Se nos anos 60 e 70, auge da implantação da agricultura moderna, sua função era de incentivar, financiar e criar uma rede de produção e distribuição de produtos agroquímicos ou produzidos com tecnologia agroquímica, na atualidade se percebe a necessidade de redirecionamento de sua postura. É possível e preciso pensar o desenvolvimentismo dentro de uma racionalidade tecnológica menos poluente, menos mortífera para o homem, a fauna e flora. Recuperar ecossistemas locais e planetários é hoje uma condição para continuarmos a existir como espécie humana e animal.

A implicância deste posicionamento nos remete a repensar as práticas acadêmicas que continuam a formar profissionais voltados para o consumo e aperfeiçoamento de toda uma maquinaria de produção econômica. Sustentabilidade quer rediscutir a disciplina social do saber, isto é, os valores arraigados tanto no homem do campo quanto do homem letrado. Contudo, um investimento necessário para sobrevivência da espécie humana.

REFERÊNCIAS:

- 1- Agenda 21. Governo do Paraná. Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Curitiba, 2001.
- 2- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- 3- BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente – As Estratégias de Mudanças da Agenda 21*. São Paulo: Vozes, 2005.
- 4- FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. 10^a edição. São Paulo: Editora da USP, 1992.